A detailed view of a medieval manuscript illumination. The central focus is two hands, one from a woman in a red dress and one from a man in a brown sleeve, holding a small green plant stem with blue flowers. The woman's hand is adorned with a pearl bracelet and a ring. The background consists of rich red and green colors. The text is overlaid on black bars.

Alianças políticas matrimoniais na

Idade Média

MARIA FILOMENA COELHO (ORG.)

COLEÇÃO

MEDIOEVUM
UnB


callandra



Conselho Editorial

Membros internos:

Prof. Dr. André Cabral Honor (HIS/UnB) - **Presidente**

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Prof.^a Dr.^a Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Prof.^a Dr.^a Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

Membros externos:

Prof.^a Dr.^a Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha);

Prof.^a Dr.^a Ilía Alvarado-Sizzo (UniversidadAutonoma de México)

Prof.^a Dr.^a Joana Maria Pedro (UFSC)

Prof.^a Dr.^a Marine Pereira (UFABC)

Prof.^a Dr.^a Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

A398 Alianças políticas matrimoniais na Idade Média
 [recurso eletrônico] / Maria Filomena Coelho
 (org.). - Brasília : Universidade de Brasília,
 2023.
 261 p. il. - (Medioevum ; 1).

 Inclui bibliografia.
 ISBN 978-65-85259-16-3.

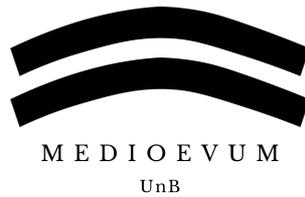
 1. Casamento - História - Idade Média, 600-
 1500. 2. Casamento - Aspectos políticos - Idade
 Média, 600-1500. I. Coelho, Maria Filomena (org.).
 II. Série.

CDU 392.5:32(09)

Alianças políticas matrimoniais na

Idade Média

Maria Filomena Coelho (Org.)



Coleção *Medioevum*

Organizadores: Maria Filomena Coelho

Ilustração de capa: *A Bridal Couple*, c.1470, óleo sobre painel, The Cleveland Museum of Art.

Título: Alianças Políticas Matrimoniais na Idade Média.

Volume: 1

Autor: VVAA

Local: Brasília

Editor: Selo Caliandra

Ano: 2023

Coleção: *Medioevum*

Parecerista: Marcelo Pereira Lima

Editores e revisão: Maria Filomena Coelho e Geovane Cardoso Dias Sousa

Capa: Geovane Cardoso Dias Sousa

Produção: *Medioevum*



Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0)

SUMÁRIO

Apresentação

Maria Filomena Coelho..... 6

1. As “bodas historiográficas” de Urraca de Leão e Castela (séc. XI-XII)

Ana Beatriz Sales Sobral..... 9

2. Teresa de Leão e seus casamentos: história e historiografia (séc. XI-XII)

Juliana Silva Santos..... 30

3. O coração do corpo: uma análise do modelo matrimonial nas *Siete Partidas*, de Alfonso X (séc.XIII)

Dayane Faria de Souza..... 53

4. Casar para acrescentar a linhagem: leis e costumes nas *Siete Partidas* (séc. XIII)

Amanda Oliveira de F. Junqueira..... 90

5. Casar para reinar: os enlaces políticos de Eleonor da Aquitânia (séc. XII-XIII)

Letícia Lopes de Santana..... 110

6. Casamentos políticos e poder feminino: as estratégias matrimoniais de Leonor e Berenguela de Castela (séculos XII-XIII)

Sophia Nery Mourão..... 146

7. A princesa de muitos noivos: os acordos matrimoniais de Isabel, a Católica

Yohanna Lima Japiassu Amaro..... 187

8. Representações políticas do matrimônio de Juana de Castela e Felipe de Habsburgo (séculos XV-XVI)

Marcos Vinícius Marinho Fernandes..... 228

APRESENTAÇÃO

Este livro é o belo resultado de um projeto, iniciado em 2015, com o objetivo de acolher pesquisas de iniciação científica para estudar os casamentos régios e nobiliárquicos na Idade Média, sob a perspectiva da História Política. Este campo tem estimulado nos últimos tempos abordagens que renovam a percepção dos historiadores relativamente ao poder, ao direito e às instituições.

O casamento, na qualidade de alicerce da sociedade cristã, adquire papel importante nas relações políticas dos diferentes reinos, bem como na estruturação de uma intrincada rede de solidariedades e fidelidades políticas nobiliárquicas e monárquicas. Assim, o projeto de pesquisa intitulado “Alianças políticas matrimoniais na Idade Média” pretendeu analisar alguns enlaces dentro do contexto em que foram gestados, de forma a perceber como os atores políticos envolvidos estabeleciam as alianças, e a compreender as lógicas adotadas numa dinâmica de cenários em construção, cujos resultados eram imprevisíveis.

A perspectiva sobre “o político” e “a política” adotada pelos jovens historiadores, que assinam os oito capítulos que compõem a obra, revelou-se extremamente profícua, na medida em que permitiu, por um lado, entrelaçar a concepção de matrimônio elaborada pelas sociedades medievais ao modelo social e político que lhe dava forma, e, por outro, identificar as diversas maneiras pelas quais as circunstâncias e interesses do cotidiano iam modulando aquela idealização. O casamento emerge, em cada um dos trabalhos, como instituição fundante, mas com suficiente elasticidade e plasticidade para traduzir a vida social e política.

O desenvolvimento dos trabalhos foi realizado no âmbito do grupo de estudos de história medieval da Universidade de Brasília (UnB) – atualmente,

Medioevum - que propicia a seus membros um ambiente de trocas intelectuais e acadêmicas, com permanente discussão dos resultados das pesquisas, integrando alunos da graduação e da pós-graduação. Tal experiência permite a elaboração conjunta de uma grade teórica e metodológica, essencial para a capacitação de futuros historiadores com apurada competência para refletir criticamente sobre o caráter construtivo da interpretação do passado. Dessa maneira, os frequentes seminários internos de debate são importantes etapas, em que se analisam a conveniência e a operatividade de teorias e metodologias adotadas, para responder aos problemas formulados pelos projetos individuais.

Em termos metodológicos, os trabalhos aqui reunidos têm em comum uma preocupação central relativamente às formas – documentais e historiográficas - das narrativas. No que respeita às fontes primárias, a variedade é grande: crônicas, compilações jurídicas, leis canônicas, tratados, correspondências, poemas, pinturas. Cada uma dessas tipologias documentais foi considerada com especial atenção sobre as maneiras como se supunha que elas deveriam se configurar e, principalmente, como deveriam “falar”.

Assim, os conteúdos, em termos de informação e mensagem, receberam tratamento adequado de modo a não serem ingenuamente incorporados à interpretação. No tocante à historiografia, atribuiu-se grande importância à tarefa de identificar as principais tradições interpretativas – tanto em trabalhos de síntese histórica como de caráter monográfico – com o intuito de desnaturalizar a percepção e o conhecimento sobre “formas do passado”, amplamente difundidas, inclusive em nível escolar. Essa análise revelou-se importante, principalmente devido ao viés institucionalista pelo qual o casamento tem sido estudado, mostrando a necessidade de analisá-lo numa perspectiva política renovada. Outro aspecto significativo criticado neste livro refere-se à forte tendência historiográfica em avaliar a eficácia dos casamentos régios a partir dos efeitos históricos já conhecidos, ou seja, sob espécie de “teleologia retrospectiva”.

A obra está organizada pela cronologia das personagens e seus casamentos. Mas é interessante notar também o entrelaçamento entre temas e autores. Os

capítulos agrupam-se aos pares. Os dois primeiros abordam, respectivamente, os casamentos das irmãs Urraca e Teresa de Leão, de autoria de Ana Beatriz Sobral e de Juliana Santos. Os seguintes, escritos por Dayane de Souza e por Amanda Junqueira, estudam a concepção do matrimônio nas *Siete Partidas*. O quinto e o sexto, de Letícia Santana e de Sophia Mourão, analisam os enlaces matrimoniais de Eleonor de Aquitânia, de sua filha, Leonor, e de sua neta, Berenguela de Castela. Os últimos capítulos, produzidos por Yohanna Amaro e Marcos Vinícius Fernandes, examinam os noivados e o casamento de Isabel, a Católica, e o de sua filha, Juana, a Louca. Tal configuração decorre da sinergia entre os autores, propiciando a escolha de temas comunicantes que se converteram em problemas de pesquisa comuns. Para além do adensamento dos resultados acadêmicos e intelectuais, o trabalho em conjunto estreitou também laços de amizade.

Brasília, 03 de janeiro de 2023.

Maria Filomena Coelho

5

Casar para reinar: os enlances políticos de Eleonor da Aquitânia (séc. XII–XIII)

Letícia Lopes de Santana

Eleonor da Aquitânia (1122-1204) foi rainha consorte da França e da Inglaterra, carregando em seu nome um legado de poder e de influência que a levou a ter grande destaque na historiografia desses países e a se tornar referência nos estudos de *Queenship*. Chamada por alguns historiadores como “a [garota] mais importante da cristandade”,¹ a duquesa atrai a atenção de pesquisadores há séculos devido às dinâmicas que envolveram seus matrimônios.

Casada duas vezes, primeiro com Luís VII (1120-1180), rei da França, de 1137 a 1152, e, depois, com Henrique II (1133-1189), da Inglaterra, de 1152 a 1189, Eleonor foi duquesa da Aquitânia a partir de 1137, ano da morte de seu pai, Guilherme X da Aquitânia, o que a tornou uma das noivas mais cobiçadas da época.² Por meio de uma aliança matrimonial com ela, o cônjuge teria poder sobre esse ducado, que se estendia do rio Loire, ao norte, até os Piri-

¹ “The most important [girl] in Christendom”. WEIR, Alison. *Eleanor of Aquitaine: A Life*. Nova Iorque: Ballantine Books, 2008, E-Book Kindle, Cap 1 (Tradução nossa).

² RODRÍGUEZ, Ana. *La estirpe de Leonor de Aquitania*, mujeres y poder en los siglos XII y XIII. Barcelona: Crítica, 2014, p. 162.

neus, na fronteira com a Espanha, e das colinas de calcário do centro da França até o oceano Atlântico.³

Elizabeth Brown, estudiosa da rainha, separa a vida de Eleonor da Aquitânia em cinco períodos. O primeiro, da infância até o casamento com Luís VII, em 1137, início do segundo período, até 1152, ano em que ela se divorciou do rei francês, englobando também os anos em que a França participou da Cruzada. O terceiro período, segundo essa autora, entre 1152 e 1173, época em que Eleonor teve, provavelmente, nove filhos de Henrique II e os incitou a uma revolta contra o próprio pai. A quarta etapa desenrolou-se entre os anos de 1173 a 1189, quando ela ficou presa, até a morte do rei inglês, sendo finalmente libertada por Ricardo I. O último é, portanto, o período de 1189 a 1204, em que, mesmo de idade avançada para os padrões da época, demonstrava bastante energia e ligação com a política e a economia dos seus reinos.⁴

O envolvimento de Eleonor com o governo do ducado é ressaltado por diversos autores, como Alison Weir, que o caracteriza como exceção no período, ao controlar de perto seus territórios e dominar seus maridos.⁵ O poder da rainha aumentou consideravelmente após a morte de Henrique II,⁶ quando passou a auxiliar seus filhos no governo da Inglaterra. Ainda sobre a capacidade de influência, o fato de ter sido rainha da França e da Inglaterra explicaria a própria rivalidade entre os dois reinos, encarnada na personagem, o que perdurou por diversas décadas após a sua morte. Mesmo tendo podido herdar terras em seu próprio nome, graças às leis da Aquitânia que favoreciam as mulheres, em comparação às dos demais domínios europeus no período, havia ainda a necessidade de contar com um homem a seu lado, para comandar os territórios que eram dela por direito.

O casamento constitui, portanto, um problema político para a Idade Média, movido por interesses de ambas as redes a que pertenciam os noivos. No sé-

³ KOESTLER-GRACK, Rachel. *Eleanor of Aquitaine*, Heroine of the Middle Ages. Filadélfia: Chelsea House Publishers, 2005, p. 9.

⁴ BROWN, Elizabeth. Eleanor of Aquitaine reconsidered: The woman and her seasons. In: WHEELER, Boonie; PARSONS, John Carmi. *Eleanor of Aquitaine - Lord and Lady*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2002, p. 4.

⁵ WEIR, *op. cit.*, Cap 1.

⁶ RODRÍGUEZ, *op. cit.*, p. 222.

culo XII, a aliança matrimonial entre membros da nobreza significava mais do que a união de duas pessoas: era também o alargamento das influências territoriais, exércitos e riquezas. Ademais, é importante ter em mente que não houve somente um único modelo de matrimônio durante todo esse longo período.⁷

Segundo Alison Weir, relativamente ao primeiro enlace, o herdeiro de Luís VI foi a melhor escolha. Após a morte de Guilherme X, o rei da França foi designado como guardião de Eleonor e ele não tardou em providenciar o casamento da duquesa com seu filho, Luís VII, que passou boa parte de sua vida em um mosteiro, como era comum entre os segundos filhos da realeza.⁸ De acordo com Weir,

[...] em 1137, Luís de dezesseis anos era tão inocente, humilde, e devoto como nunca, inclinado a cair em lágrimas ao mínimo desconforto e, mais perturbador, ocasionalmente, dado a crises de temperamento irracionais e até violentas.⁹

De acordo com as leis canônicas, o parentesco próximo dos noivos tornava a união incestuosa, assim como a de boa parte dos monarcas europeus na Idade Média. O fato do antepassado em comum de Eleonor e Luís VII, o Rei Robert I da França,¹⁰ também os ligar a Henrique II, em mesmo grau, e sobre este matrimônio não ter havido manifestações impeditivas, indica que as interdições da consanguinidade eram muito mais políticas do que biológicas. Segundo a maior parte da historiografia, foi esse o fator que levou ao divórcio de Eleonor e Luís VII, pronunciado no concílio de Beaugency, em 21 de

⁷Mc CARTHY, Conor. *Marriage in Medieval England: Law, Literature, and Practice*. Woodbridge: Boydell Press, 2004, p. 159.

⁸ WEIR, *op. cit.*, Cap 1.

⁹ “[...] in 1137 sixteen-year-old Louis was as naïve, humble, and devout as ever, inclined to burst into tears at the slightest upset and, more disturbingly, occasionally given to irrational and even violent outbursts of temper”. WEIR, *op.cit.*, Cap 1 (Tradução Nossa).

¹⁰ BRUNDAGE, James A. The Canon Law of divorce in the mid-twelfth century: Louis VII C. Eleanor of Aquitaine. In: WHEELER, Boonie; PARSONS, John Carmi. *Eleanor of Aquitaine - Lord and Lady*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2002, p. 215.

março de 1152 e, segundo alguns autores, rendeu à rainha certa independência em relação ao seu ducado,¹¹ fato que será detalhado adiante.

Poucos meses depois da oficialização da separação, ela se casou com um jovem na fila à sucessão do trono inglês. Sagrado cavaleiro em 1149, Henrique tornou-se o duque da Normandia nesse mesmo ano, ou no seguinte. Em 1151 ele sucedeu a seu pai como conde de Anjou e, um ano depois, casou-se com Eleonor, de forma a agregar ainda mais territórios ao domínio dos Plantagenetas. Em uma época em que o poder se apoiava no domínio de territórios e gente, Henrique da Normandia era visto como um homem muito poderoso e até mesmo considerado afortunado por um contemporâneo, como referido por Clanchy.¹²

Foi nesse segundo matrimônio que Eleonor acrescentou seu ducado aos domínios do seu esposo, o então duque Henrique, que logo veio a se tornar rei da Inglaterra, um dos maiores reinos da época - o dito Império Angevino. Pelos filhos do casal foram divididos os territórios dos Plantagenetas, e foi Ricardo Coração de Leão quem herdou o ducado da mãe, o qual governou em parceria com ela até a sua morte,¹³ quando o irmão, João Sem Terra, assumiu o trono da Inglaterra e o ducado da Aquitânia.

Para desenvolver este trabalho, faremos a leitura e interpretação de obras sobre a rainha-duquesa, tanto de tipo biográfico, quanto historiográfico (síntese e monografias) e selecionamos algumas fontes primárias, de autoria de John de Salisbury, de Guilherme de Newburgh e de Peter de Blois. Com base nesse material, pretende-se refletir sobre como são construídas as imagens em torno de Eleonor, nas duas tipologias textuais históricas e contemporâneas, principalmente em textos de autores ingleses e norte-americanos. Além disso, analisaremos também as abordagens de *Queenship*, com base na obra de Theresa Earenfight, “Queenship in Medieval Europe”, e “Medieval Que-

¹¹ HIVERGNEAUX, Marie. Queen Eleanor and Aquitaine, 1137-1189. In: WHEELER, Boonie; PARSONS, John Carmi. *Eleanor of Aquitaine - Lord and Lady*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2002, p. 62.

¹² CLANCHY, M. T. *England and its Rulers, 1066-1307*. West Sussex: John Wiley & Sons, Ltd, 2014, p. 101.

¹³ GILLINGHAM, John; GRIFFITHS, Ralph A. *Medieval Britain - A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 1984 (2000), p. 33.

enship”, de John Carmi Parsons. A partir deles, outros estudos sobre o assunto foram também usados como complemento.

Em primeiro lugar, analisaremos o processo de divórcio entre Eleonor e Luís VII, com especial destaque para a historiografia, que aponta motivações diversas, entre as quais a alegada consanguinidade do casal, e a ausência de um herdeiro masculino, bem como a insatisfação da rainha com o matrimônio, que é também apontada como fator de peso nessa decisão. Pretendemos ressaltar como foi retratado o processo de separação, seguido por um novo casamento – com Henrique II da Inglaterra – em relatos, como a “História” de Guilherme de Newburgh, contrastando com a historiografia, uma vez que é possível observar como muitas vezes os historiadores parecem repetir o discurso das fontes, sem caracterizar devidamente a agenda política e o contexto daqueles documentos históricos. Em seguida, mas ainda no apartado da historiografia, consideraremos de que forma as propostas dos estudos de *Queenship*, em relação a essa rainha tão emblemática, são – ou não – operativas para compreender melhor a atuação política de Eleonor, no âmbito de seus dois enlces matrimoniais.

Em um segundo momento, que dedicamos às fontes primárias selecionadas, iniciaremos pelos famosos relatos de John de Salisbury, pelos quais é possível perceber a maneira como o clero considerava o contexto em que se desenrolou o primeiro casamento de Eleonor. Em seguida, analisaremos a perspectiva de Guilherme de Newburgh, mais voltada para a época da saída da duquesa da França e sobre seu novo casamento, com Henrique II. Essa fonte está interligada com a Carta de Peter de Blois, nossa terceira fonte primária, em que Eleonor da Aquitânia é colocada como orquestradora do conflito entre o rei da Inglaterra, seus filhos e parte da nobreza.

Histórias de casamentos

A historiografia é, em grande medida, responsável pela criação e divulgação de tradições interpretativas sobre o passado. Desta maneira, é muito importante que os estudiosos de qualquer tema tentem conhecer as principais linhas dessas propostas, de maneira a refletir criticamente sobre as formas

que essas histórias assumem. Tal perspectiva ganha especial interesse em se tratando de grandes vultos históricos, como Eleonor da Aquitânia, cuja vida vai ganhando distintos contornos de acordo com as diferentes abordagens. Assim, neste apartado, dividimos inicialmente nosso trabalho entre historiografia de síntese e historiografia monográfica, para tentar entender se há diferença entre o papel que os historiadores atribuem a Eleonor em um quadro mais geral e enfoque reduzido. Recorremos a autores mais clássicos, como Michelet, mas também a outras(os) que escreveram mais recentemente, inclusive a autoras(es) que se filiam aos Estudos de Gênero e/ou à História das Mulheres. Nesse sentido, consideramos também, ao final da seção, as propostas que, no âmbito das abordagens de *Queenship*, pretendem oferecer uma contribuição inovadora ao campo.

Casamento francês e incesto

Sobre Eleonor de Aquitânia, os trabalhos historiográficos costumam destacar a magnitude e privilegiada localização de seus domínios, entre o rio Loire e os Pirineus,¹⁴ aspectos que teriam motivado os dois casamentos. Assim, a maioria dos historiadores ressalta o fato de ela ser duquesa da Aquitânia por direito, como herdeira plena de seu pai.

Michelet, em sua obra “História da França”, dá a entender que o duque Guilherme X ofereceu a mão de sua filha diretamente a Luís VII, enquanto outros autores defendem que ele entregou a jovem aos cuidados de Luís, o Gordo, e teria sido este a formar a aliança entre Eleonor e o seu filho e herdeiro.¹⁵

O mais rico soberano da França, o conde de Poitiers e da Aquitânia, que também se sentia morrer, não acreditava poder colocar em melhor local a sua filha Eleonor e seus vastos estados senão dando-os ao jovem Luís VII, que

¹⁴ RODRÍGUEZ, *op.cit.*, p. 162.

¹⁵ MICHELET, Jules. O Rei da França e o Rei da Inglaterra, Luís o Jovem e Henrique II (Plantageneta). In: *História da França*, Tomo II, Livros III e IV (anos 987 a 1270). Paris, 2014 (1833), p. 78.

logo sucedeu a seu pai (1137). Também, sem dúvida, ele não se ofendia em fazer de sua filha uma rainha.¹⁶

Independentemente de quem entregou a mão de Eleonor ao herdeiro francês, a partir desse casamento, e com a morte do antigo rei apenas um mês após a união dos jovens,¹⁷ Luís VII teve em seu poder praticamente toda a área da França atual, tornando-o um dos mais poderosos reis da época, em termos territoriais. Não é difícil perceber os interesses políticos e econômicos por trás da aliança entre os jovens Eleonor e o futuro Luís VII da França, já que, nessa época, o ducado da Aquitânia era praticamente independente do reino francês, e esse matrimônio permitiria incorporá-lo aos domínios dos Capetos.¹⁸

Sobre o poder de Eleonor em seu ducado de origem, Marie Hivergneaux, em capítulo do livro “Eleanor of Aquitaine - Lord and Lady” faz uma análise sobre como a duquesa agia politicamente nos seus domínios, durante diferentes momentos de sua vida. A autora enfatiza que nos tempos de rainha, a sua participação nos assuntos franceses era restrita, conforme as fontes documentais remanescentes, demonstrando que seu poder político era exercido nas terras que eram suas por direito de herança.¹⁹ Nos documentos da corte nunca aparecia sozinha, mas sempre acompanhada de Luís VII, mesmo nos assuntos do seu ducado.²⁰

As obras referentes ao primeiro casamento da duquesa parecem girar em torno da insatisfação de Eleonor com o marido e de certa crise gerada pela falta de um herdeiro varão, que convergiram nos eventos da Segunda Cruzada, principalmente no que diz respeito ao período em que estanciaram nos domínios do tio da rainha da França, Raimundo da Antioquia,²¹ palco do que

¹⁶ MICHELET, *op. cit.*, p. 78.

¹⁷ HIVERGNEAUX, *op. cit.*, p. 55.

¹⁸ *Ibidem*, p. 57.

¹⁹ *Idem*.

²⁰ BROWN, *op. cit.*, p. 18.

²¹ BOUCHARD, Constance B. Eleanor of Aquitaine. In: KLIBER, William W.; ZINN Grover A.; EARP, Lawrence; HENNEMAN, John Bell Jr. *Medieval France: An Encyclopedia*. Nova Iorque e Londres: Garland Publishing Inc., 1995, p. 601.

muitos afirmam ser o primeiro momento em que a anulação da aliança matrimonial foi requisitada.

Outro assunto bastante comum em trabalhos sobre a duquesa da Aquitânia é a consanguinidade, discutido no terceiro capítulo de um dos livros mais famosos sobre governo das rainhas: “*Queenship in Medieval Europe*”, de Theresa Earenfight. A autora aponta como a decisão de buscar pretendentes em outros espaços, para evitar o casamento em grau proibido, dinamizou ainda mais a política dos reinos cristãos em formação. Entretanto, isso não impedia que alguns matrimônios, como os dois de Eleonor, fossem celebrados entre parentes em grau proibido. Como será aprofundado, posteriormente, algumas fontes primárias afirmam que esse fato era sabido por várias autoridades da época,²² posto que elas tenham inicialmente aprovado o casamento de Eleonor e Luís VII.

Mas, a partir de 1148, as denúncias de incesto ganharam mais força.²³ Devido às implicações negativas da separação, a relutância era evidente entre os conselheiros reais, como o Abade Suger, que tentou ao máximo evitá-la,²⁴ o que ocorreu apenas após a sua morte.²⁵ Também o Papa Eugênio III se mostrava contrário, chegando a proibir que o casal mencionasse sua condição de parentes consanguíneos.²⁶

Muitas visões diferentes são apresentadas sobre a personalidade de Eleonor, na historiografia. Em “*História da França*”, por exemplo, Jules Michelet diz: “Durante a cruzada, a orgulhosa e violenta Eleonora mostrara o pouco caso que fazia de tal esposo. Ela declarava, desde Antioquia, que não poderia permanecer como mulher de um homem do qual era parente; que, além disso, ela não desejava um monge por marido.” Adiante, explica ainda que Eleonor pediu o divórcio no concílio de Beaugency, que julgou o casamento como incestuoso, apesar de ela ainda permanecer casada com o monarca francês

²² BRUNDAGE, *op. cit.*, p. 215.

²³ RODRÍGUEZ, *op. cit.*, p. 32.

²⁴ BROWN, *op. cit.*, p. 9.

²⁵ WEIR, *op. cit.*, Capítulo 4.

²⁶ RODRÍGUEZ, *op. cit.*, p. 31.

por algum tempo antes da anulação, a pedido do Papa, que desejava a reconciliação dos esposos.²⁷

Portanto, vê-se que a Segunda Cruzada é outro aspecto importante, enfatizado recorrentemente pela historiografia. Constance B. Bouchard, por exemplo, em uma enciclopédia sobre a França Medieval - bem como outros autores, quando se referem ao divórcio de Eleonor e Luís VII - destaca os rumores de que ela teria uma relação com Raimundo de Antioquia: “em 1147, quando Eleonor acompanhou seu marido na Segunda Cruzada— e rumoreou-se que ela teria flertado com seu tio, Raimundo de Antioquia—Luís começou a expressar dúvidas sobre a legitimidade do casamento deles”.²⁸ Bouchard prossegue:

Embora ao parar em Roma no caminho para casa, o papa os tenha animado a não se preocupar com o grau de parentesco (e inclusive, prometeu a eles um filho), Luís continuou a se preocupar. Finalmente, em 1152, após o nascimento de Alice, sua segunda filha, ele se divorciou de Eleonor por grau de consanguinidade e logo após se casou com Constança de Castela.²⁹

Nota-se que o papa entende que o grau incestuoso do casamento não era um problema, provavelmente temendo os resultados de um possível divórcio, em que a Aquitânia, mais uma vez, sairia do domínio francês. O casal só conseguiu a anulação em 1152, quando, segundo James A. Brundage, Luís VII não queria mais afrontar as leis da Igreja.³⁰ Entretanto, alguns historiadores também sublinham o fato de Eleonor não ter dado herdeiros masculinos para o trono francês, fator importante para que Luís VII quisesse se divorciar.³¹

²⁷ MICHELET, *op. cit.*, p. 79.

²⁸ “By 1147, when Eleanor accompanied her husband on the Second Crusade—and was rumored to have flirted with her uncle, Raymond of Antioch—Louis began to express doubts about the legitimacy of their marriage.” BOUCHARD, *op. cit.*, p. 601 (Tradução nossa).

²⁹ “Although when they stopped in Rome on the way home, the pope urged them not to be concerned about the degree of their relationship (and indeed, promised them a son), Louis continued to worry. Finally, in 1152, after the birth of Alix, their second daughter, he divorced Eleanor on the grounds of consanguinity and shortly thereafter married Constance of Castile.” *Ibidem*, p. 602 (Tradução nossa).

³⁰ BRUNDAGE, *op. cit.*, p. 218.

³¹ *Ibidem*, p. 224.

Casamento inglês e sedição

Passados poucos meses da ruptura matrimonial, Eleonor se casa novamente, com o futuro rei inglês, com o qual tinha o mesmo grau de parentesco que a ligava ao primeiro esposo.³² O território de Henrique II era bem mais extenso que o do rei francês, o que o tornava mais poderoso e influente. Alison Weir, por exemplo, descreve de maneira romanceada o enlace matrimonial entre os que são descritos como dois dos herdeiros mais importantes da Europa naquela época, que governariam boa parte da atual França, além do reino inglês.³³

Na obra “Eleanor of Aquitaine, Heroine of the Middle Ages”, entende-se que a duquesa da Aquitânia ofereceu sua mão ao então jovem Henrique, que a aceitou prontamente, apesar de ser uma duquesa mais velha, que não tinha tido prole masculina em seu primeiro casamento. Na perspectiva de Rachel A. Koestler-Grack, é possível perceber ter sido Eleonor a buscar o enlace matrimonial com Henrique II, diferentemente de seu primeiro matrimônio, arranjado pelo pai e Luís VI.³⁴

Alguns autores, como Alison Weir, ressaltam que as negociações do segundo casamento de Eleonor foram breves e secretas, e, por isso, o rei da França não pode interferir na aliança, que concedeu tanto poder territorial a um inimigo.³⁵ A disputa entre os dois reinos a partir do segundo casamento da duquesa é bastante explícita na obra de Clanchy, principalmente pelos territórios transferidos para a coroa inglesa que eram, de fato, bastante próximos aos da França, o que representava constante ameaça para Luís VII.

Parte da historiografia atribui a esses dois matrimônios a causa dos conflitos entre França e Inglaterra. As tensões se deveriam ao fato de Luís VII se recusar a entregar o título de duque da Aquitânia, que pertencia ao marido de Eleonor, já que ela ainda não tinha descendente masculino. Em “Medieval France: an Encyclopedia” se explica como o matrimônio de Eleonor e Hen-

³² DUBY, *op. cit.*, p. 21.

³³ WEIR, *op. cit.*, Prologue.

³⁴ KOESTLER-GRACK, *op. cit.*, p. 60.

³⁵ WEIR, *op. cit.*, Cap 6.

rique II abalou Luís VII, que, além de perder territórios, teve suas fronteiras ameaçadas, como salienta James W. Alexander.³⁶

Somente por volta de 1153, Henrique II assume esse título, como apontado por Elizabeth Brown.³⁷ Segundo Marie Hivergneaux, essa demora ocorreu porque Luís VII, possivelmente, considerava a Aquitânia uma herança para suas filhas.³⁸ George Beech, outro importante autor, sobre o domínio inglês sobre o ducado, que durou quase três séculos, iniciado com a aliança matrimonial entre Eleonor e Henrique II da Inglaterra, sublinha o fato de ter sido marcado pela forte rivalidade com os franceses, sempre ameaçando retomar o ducado.³⁹

A aliança com Henrique II provocou a diminuição da autonomia de Eleonor sobre a Aquitânia, principalmente depois de 1157, já que nos dez anos que se seguem seu nome não aparece nos documentos. Em 1170, Ricardo assume como duque da Aquitânia, apesar de ser menor de idade, e é auxiliado por sua mãe no governo do ducado que antes pertencia a Eleonor.

Ela seguiu com bastante influência na política do reino, como é ressaltado no capítulo “Queen Eleanor of Aquitaine, 1137-1189”, de Marie Hivergneaux, que também relembra que ela, se não ativamente, instigou a revolta que aconteceu nos anos de 1173 a 1174, dos seus filhos, que governavam outras partes do Império Angevino, contra o rei da Inglaterra.⁴⁰

Na verdade, muitos autores apontam Eleonor como uma das incitadoras da revolta de 1173, contra Henrique II, em que Henrique, o Jovem, se juntou com seu sogro, Luís VII, para tirar seu pai do trono, assim como seus irmãos mais novos Ricardo e Godofredo.⁴¹ Acusada de não cumprir seus deveres

³⁶ ALEXANDER, James W. Louis VII. In: KLIBER, William W.; ZINN Grover A.; EARP, Lawrence; HENNEMAN, John Bell Jr. *Medieval France: An Encyclopedia*. Nova Iorque e Londres: Garland Publishing Inc., 1995, p. 1071.

³⁷ BROWN, *op. cit.*, p. 9.

³⁸ HIVERGNEAUX, *op. cit.*, p. 62.

³⁹ BEECH, George T. Aquitaine. In: KLIBER, William W.; ZINN Grover A.; EARP, Lawrence; HENNEMAN, John Bell Jr. *Medieval France: An Encyclopedia*. Nova Iorque e Londres: Garland Publishing Inc., 1995, p. 105.

⁴⁰ HIVERGNEAUX, *op. cit.*, p. 70.

⁴¹ MICHELET, *op. cit.*, p. 91.

como esposa e incitar os filhos a lutarem contra o próprio pai, Henrique II aprisionou Eleonor. Confinada, na maior parte do tempo, em Winchester e Sarum, permaneceu prisioneira sem praticamente contato com seus filhos e marido, até a morte deste, em julho de 1189.⁴²

Esse episódio parece ter sido crucial para a formação da personalidade dessa personagem nas crônicas e na historiografia, pois a maioria dos autores a coloca como principal pivô da rebelião. Tal imagem é observada na forma como, por exemplo, Michelet se refere a Eleonor, por meio de adjetivos como “orgulhosa”⁴³ e “vingativa”,⁴⁴ apontando-a como incitadora da revolta promovida por seus filhos contra Henrique II. Para o autor, as consequências da revolta de 1173 foram graves:

A queda de Henrique II foi um grande golpe para o poder inglês. Ele não se reergueu senão imperfeitamente com Ricardo e, ainda assim, para tornar a cair com João. A corte de Roma aproveitou-se de seus reveses para fazer com que a sua soberania sobre a monarquia da Inglaterra fosse, duas vezes, reconhecida. Henrique II e João confessaram-se, expressamente, vassalos e tributários do Papa.⁴⁵

George T. Beech, na parte de sua obra dedicada à Aquitânia, também atribui desdobramentos negativos ao episódio: “[...] rebeliões familiares posteriores contra o governo de Henrique comprometeram os esforços angevinos de subjugar o ducado”.⁴⁶ E, mais adiante, complementa: “depois da ascensão de Ricardo ao trono inglês em 1189, Eleonor virou duquesa da Aquitânia mais uma vez, mas depois de sua morte em 1204 o ducado passou para a coroa inglesa”,⁴⁷ o que permite concluir que Eleonor teria perdido seu título de du-

⁴² WEIR, *op. cit.*

⁴³ MICHELET, *op. cit.*, p. 79.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 92.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 93.

⁴⁶ “but later familial rebellions against Henry’s rule compromised the Angevin efforts to subjugate the duchy”. FLEMING, Donald F. Henry II. In: KLIBER, William W.; ZINN Grover A.; EARP, Lawrence; HENNEMAN, John Bell Jr. *Medieval France: An Encyclopedia*. Nova Iorque e Londres: Garland Publishing Inc., 1995. p. 844 (Tradução nossa).

⁴⁷ “After Richard’s accession to the English throne in 1189, Eleanor became duchess of Aquitaine once again, but after her death in 1204 the duchy passed to the English crown”. *Ibidem*, p. 844 (Tradução nossa).

quesa durante os períodos de clausura impostos por Henrique II, que duraram alguns anos até a morte deste e a coroação de Ricardo Coração de Leão.⁴⁸

Sobre seu papel como rainha da Inglaterra, Eleonor aparenta ter sido bastante influente na trajetória política de seus filhos. O historiador M.T. Clanchy, por exemplo, considera que ela tinha “poder de fazer guerra e administrar a justiça”, enquanto tinha a confiança de seu marido. Porém passou a exercer muito mais poder quando enviuvou de Henrique II, como na época em que o filho, João Sem-Terra deu-lhe autoridade sobre partes de seus domínios e a denominou *lady* ou *domina* daqueles territórios.⁴⁹

Por essa capacidade de controle de seus territórios, citada por diversos autores, Eleonor causou a impressão, dentro e fora da academia, de estar “à frente de seu tempo”. Contudo, essa sensação tem sido revista pela historiografia atual, ao se compreender que a personagem é fruto do seu contexto histórico. Segundo Elizabeth Brown, Eleonor teria sido “uma mulher incansável que recorreu, por inclinação e às vezes por necessidade, à manipulação e esquemas para atingir seus objetivos; uma mulher que poderia fazer qualquer um se curvar à sua vontade; uma mulher que conhecia sua própria mente e seguia seu próprio juízo”.⁵⁰

Queenship

O termo *Queenship*, cunhado pela historiografia inglesa, teve vários significados durante o tempo, e pequenas ou grandes variações de lugar para lugar, mas, de forma geral, essa palavra remete ao governo de rainhas, tanto como rainhas-mães, rainhas-regentes e rainhas-consortes. O estudo do *Queenship* ganhou força a partir do movimento de estudos históricos feministas, a partir

⁴⁸ BEECH, *op. cit.* p. 105.

⁴⁹ CLANCHY, *op. cit.*, p. 292.

⁵⁰ “[...] a restless woman who resorted, out of inclination and sometimes necessity, to manipulation and scheming to achieve her aims; a woman who could bend anyone to her will; a woman who knew her own mind and kept her own counsel”. BROWN, *op. cit.*, p. 29 (Tradução nossa).

da década de 60 do século XX, e passou por algumas transformações em seus principais tópicos.⁵¹

A obra de Theresa Earenfight, “*Queenship in Medieval Europe*”, trata, em primeiro lugar, da problemática que envolve o estudo de rainhas. Sabe-se que as figuras femininas sofreram um grande apagamento na historiografia, até o final do século XX, quando alguns estudiosos perceberam nelas a oportunidade de descobrir uma nova faceta da monarquia, antes consideradas importantes apenas para gerar herdeiros ao trono e acrescentar domínios. John C. Parsons afirma, em “*Medieval Queenship*”, que os historiadores desta corrente começam a se questionar sobre o real papel das mulheres na aristocracia feudal, mantendo como ideia central que esse poder nunca foi nulo.⁵²

Para além dos membros da academia, o apagamento das rainhas se estendia aos leitores, que “podem nem mesmo ter notado que as mulheres estavam ausentes porque eles nem esperavam que as mulheres estivessem ali”.⁵³ Theresa Earenfight, por exemplo, cita que Eleonor da Aquitânia foi uma “duquesa, rainha-consorte, rainha-regente mãe e viúva”.⁵⁴ Segundo essa autora,

uma rainha era mais do que só uma governante ou uma mãe, tanto que ela precisava de um adjetivo que esclarecesse com precisão quem ela era e o que ela fazia. Uma rainha que governasse por direito próprio poderia ser chamada de “rei fêmea”, “rainha solo”, ou “monarca fêmea”. Ela era a rainha-consorte quando ela se casava com um rei, uma rainha-mãe quando ela tinha seus filhos, uma rainha-regente quando ela governava para ou com seu marido e possuía “soberania feminina”. Quando seu marido morria, ela era rainha-viúva. Em assuntos complicados, a rainha podia ser alguns, ou muitos, em sequência ou simultaneamente. Somente uma rainha

⁵¹ PARSONS, John Carmi. *Medieval Queenship*. Nova Iorque: St. Martin's Press New York, 1993, p. 1.

⁵² *Ibidem*, p. 3.

⁵³ “Earlier generations of readers may not have noticed that women were absent because they did not expect to see women there”. EARENFIGHT, Theresa. *Queenship in Medieval Europe*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2013, p. 3 (Tradução nossa).

⁵⁴ “duchess, queen-consort, mother and dowager queen-regent”. *Ibidem*, p. 137 (Tradução nossa).

regente ou uma imperatriz ficava sozinha. Todas as outras rainhas ficavam ao lado de um rei.⁵⁵

O historiador Armin Wolf, em seu livro, “Medieval Queenship”, oferece um dado interessante: entre 1100 e 1600, na Europa, houve apenas vinte rainhas reinantes, embora apenas uma minoria dos reinos proibisse por lei que mulheres ocupassem o trono.⁵⁶ Charles Beem apresenta outro aspecto da governança feminina, ao assinalar que em muitos locais da Europa, ocasionalmente, era permitido que mulheres assumissem o ofício de rei, assim como “garotinhos, idosos senis e lunáticos”.⁵⁷ Essa variação possivelmente se dava pelo jogo político circunstancial, que em determinadas ocasiões podia, até mesmo, permitir que indivíduos “pouco adequados” sentassem no trono.

Com base na obra de Earenfight se pode concluir que as rainhas, com certeza, eram importantes demais para serem deixadas de lado em assuntos oficiais, mesmo que isso ocorresse com menos frequência, comparativamente aos homens. A presença ativa das rainhas consortes é registrada em diversos âmbitos, como “governança, religião, arte, cultura e família”.⁵⁸ Nesse sentido, Eleonor também era conhecida como grande patrocinadora das artes, tendo crescido na corte aquitana, famosa pelo trovadorismo, desde a época de Guilherme IX.

A historiadora Kate A. Jackson considera que não era estranho que as rainhas ocupassem a posição de conselheiras reais⁵⁹ e que as rainhas-mães al-

⁵⁵ “A queen was more than just a ruler or a mother, so much so that she needed an adjective to clarify precisely who she was and what she did. A queen who governed in her own right might be called ‘female king’, ‘sole queen’, or a ‘female monarch’ who exercised ‘kingly power’ or ‘regal power’, or an ‘autonomous monarch’. She was a queen-consort when she married a king, a queen-mother when she bore his children, a queen-regent when she governed for or with her husband and possessed ‘female sovereignty’. When her husband died, she was queen-dowager. To complicate matters, a queen could be some, or all, in sequence or simultaneously. Only a regnant queen or empress stood alone. All other queens stood beside a king”. EARENFIGHT, *op. cit.*, p. 5 (Tradução nossa).

⁵⁶ PARSONS, *op. cit.*, p. 169.

⁵⁷ BEEM, Charles. Introduction e Making a Name for Herself: The Empress Matilda and the Construction of Female Lordship in Twelfth-Century England. In: *The Lioness Roared: The Problems of a Female Rule in English History*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2006, p. 2.

⁵⁸ “[...]governance, religion, art, culture and family.” EARENFIGHT, *op. cit.*, p. 129 (Tradução nossa).

⁵⁹ JACKSON, Kate A. *The Rhetoric of Queenship: Writing History and Royal Women’s Power in the Anglo-Norman Period*, s.d., p. 21.

cançassem prestígio.⁶⁰ Na obra “Duchesses and Devils: The Breton Succession Crisis, 1148-1189”, Melissa Pollock destaca que Henrique II reconhecia a influência da mãe nas suas conquistas, dando-lhe liberdade de ação como governante, embora o negasse a sua esposa, Eleonor, que tinha talvez o mesmo grau de influência nas conquistas do marido.⁶¹ É notório, então, que as mulheres participavam do jogo político, mas não com a independência que pudessem desejar, estando à sombra de um homem, na maior parte dos registros que chegaram até nós.

Uma rainha, portanto, era o “nexo entre um rei e seus súditos, um símbolo de como dinastia real pode criar coesão social e formar alianças”.⁶² O poder das rainhas não se extinguia somente por não ter a mesma natureza do ofício dos reis. A historiadora brasileira, Letícia Saldanha Simmer, entende que os papéis de reis e rainhas podem ser complementares⁶³ e Diana Pelaz Flores, referindo-se a Castela, afirma que as consortes tinham um papel importante em mediar a relação entre o rei e a nobreza, em sua luta por poder na corte.⁶⁴

A continuação e legitimação de uma dinastia estava nas mãos das esposas reais,⁶⁵ sendo uma de suas principais funções.⁶⁶ Esse aspecto era de fundamental importância e poderia romper alianças, como a de Eleonor e seu primeiro marido, Luís VII. Oficialmente, o casal real da França se separou pela comprovação da consanguinidade entre ambos, mas, há diversos autores,

⁶⁰ JACKSON, *op. cit.*, p. 24.

⁶¹ POLLOCK, Melissa. *Duchess and Devils: The Breton Succession Crisis, 1148-1189*. French History, vol. 23, n. 2, p. 4.

⁶² “A queen was a nexus between a king and his subjects, a symbol of how royal dynasty can create social cohesion and form alliances.” EARENFIGHT, Theresa, *op.cit.*, p. 5. (Tradução nossa)

⁶³ SIMMER, Letícia Saldanha. *Queenship e os cerimoniais reais em ordines e crônicas: as coroações de Eleanor de Aquitânia e Marguerite de França (França e Inglaterra, século XII)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História), Unirio, Rio de Janeiro, 2019, p. 18.

⁶⁴ FLORES, Diana Pelaz. *Queenship: Teoría y Práctica del ejercicio del poder en la baja Edad Media castellana*. In: *Las Mujeres en la Edad Media*. Murcia-Lorca: Sociedad Española de Estudios Medievales y Editum, 2013, p. 277-288.

⁶⁵ BÁRÁNY, Attila. *Medieval Queens and Queenship: a retrospective on income and power*. *Annual of Medieval Studies at CEU*. Budapest, p. 149-200, vol. 19, 2013, p. 156.

⁶⁶ PARSONS, *op. cit.*, p. 145.

como George Beech⁶⁷ e Alison Weir,⁶⁸ que levantam a tese de que esse foi um pretexto utilizado para justificar a falta de interesse em continuar com o casamento, pois a rainha não tinha tido nenhum herdeiro varão. Um dos argumentos que reforçam essa ideia é o de que esse rei se casou três vezes e, somente no último casamento, teve um filho capaz de sucedê-lo no trono.

A consanguinidade é um dos assuntos discutidos por Theresa Earenfight no terceiro capítulo de “Medieval Queenship”. Nele, ela ressalta como a decisão de buscar pretendentes em outros espaços, para evitar o casamento em grau proibido, dinamizou ainda mais a política dos reinos cristãos em formação. Outro aspecto importante das alianças matrimoniais, no que se diz respeito ao *Queenship*, é a política territorial, fulcral para que os monarcas consolidassem seu poder no Medievo. Por ser herdeira da Aquitânia por direito próprio, Eleonor levou com ela essas vastas e ricas terras, quando se divorciou de Luís VII, passando, assim, o título de duque a Henrique II, que não demorou a ser coroado rei da Inglaterra e fundador do Império Angevino.

Formar uma boa aliança matrimonial era, portanto, vital e isso pode ser visto na prole inglesa. Algumas fontes indicam que Eleonor escolhera os cônjuges de alguns de seus filhos e sabe-se que, mesmo de idade avançada, ela acompanhou pessoalmente sua neta, Branca de Castela, até seu noivo na França.⁶⁹ Eleonor é considerada por John C. Parsons como tendo participado da formação de cerca de vinte casamentos, entre diversos membros de sua corte e de sua família.⁷⁰ Essa é, portanto, outra vertente do poder das rainhas, também citada por Parsons: “rainhas até mesmo formavam projetos matrimoniais por si mesmas e tentavam manipulá-los”.⁷¹ Nesse sentido, Natalie Davis entende que “o senso das mulheres de serem trocadas como noivas era

⁶⁷ BEECH, *op. cit.*, p. 105.

⁶⁸ WEIR, *op. cit.*, Prologue.

⁶⁹ EARENIGHT, *op. cit.*, p. 140.

⁷⁰ PARSONS, *op. cit.*, p. 72.

⁷¹ “Queens even formed marriage projects on their own and attempted to manipulate them.” *Ibidem*, p. 64. (Tradução nossa).

a origem de uma ‘linha de autonomia feminina’ enquanto elas ocasionalmente reverteram a fórmula e se entregavam”.⁷²

Tal observação aplica-se ao segundo casamento de Eleonor, sobre cujas negociações se acredita que ela teve protagonismo, escolhendo o futuro marido e surpreendendo seus contemporâneos, devido à rapidez com que a nova aliança foi acertada, com um noivo muito mais jovem que ela, e que lhe era tão ou mais próximo em parentesco que Luís VII.

Para Charles Beem, um fator que pode ter influenciado na mudança relativamente à possibilidade das mulheres exercerem mais poder como rainhas foi o crescimento do culto à Virgem Maria, nos séculos XI e XII.⁷³ Theresa Earenfight coloca o aspecto da santidade como essencial e ligado ao poder de interseção das rainhas.⁷⁴ Contudo, é válido lembrar que os cultos marianos não promoviam Maria como “rainha do Céu” de fato, mas a subjugavam à autoridade masculina, o que certamente foi apresentado como modelo para as jovens rainhas na Idade Média, como um parâmetro de rainha que era mãe e esposa.⁷⁵

Earenfight aponta a dificuldade de estudar personagens como Eleonor, já que as fontes da época não são muito confiáveis, e até mesmo eivadas de rumores,⁷⁶ devido ao pensamento machista dos cronistas, que julgavam as mulheres por sua condição feminina e não por sua posição social, ainda que fosse elevada.⁷⁷ Em uma consideração final, a autora defende que os “estudos de *Queenship* têm esclarecido o papel da rainha ou da imperatriz e, fazendo isso, mudaram a historiografia sobre o *Kingship* e a monarquia”.⁷⁸

⁷² “Davis theorizes that women's sense of being bartered as brides was the origin of a "thread of female autonomy" as they occasionally reversed the formula and gave themselves away .” PARSONS, *op. cit.*, p. 65 (Tradução nossa).

⁷³ BEEM, *op. cit.*, p. 32.

⁷⁴ SIMMER, *op. cit.*, p. 19.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 20.

⁷⁶ EARENFIGHT, *op. cit.*, p. 138.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 247.

⁷⁸ “Queenship studies has clarified the role of the queen or empress and, in so doing, has changed the historiography of kingship and monarchy”. *Ibidem*, p. 248 (Tradução nossa).

Eleonor da Aquitânia é citada na introdução do livro “Medieval Queenship” de John Carmi Parsons, relativamente às rainhas famosas por suscitar interesse do público não acadêmico, mas que sofrem com as limitações das análises, fruto de uma historiografia que as coloca apenas como “pingentes morais”⁷⁹ dos seus maridos e filhos. Para o autor, a abordagem de *Queenship* e o impacto dos estudos feministas representam um avanço ao aumentarem o foco, contextualizando o poder das rainhas numa perspectiva da história socioeconômica. Sobre os casamentos reais, Parsons entende que enlaces reais e família são termos com pesos diferentes na historiografia quando se trata de reis ou de rainhas, o que geralmente coloca as monarcas como meras figurantes,⁸⁰ tanto como futuras esposas, quanto como filhas, constituindo uma boa oportunidade para aumentar a influência do pai em outros territórios, podendo servir como ajuda militar em épocas de crise.⁸¹ Depois de casadas, as rainhas eram colocadas em uma esfera privada e, de certa forma, isso passava uma imagem diminuta da sua participação no governo do reino.⁸²

De forma geral, ao considerarmos a proposta de *Queenship*, fica uma sensação de que nada de muito novo ou extraordinário é apresentado na maioria das obras. Analisar o papel das rainhas e seus casamentos parece ser um trabalho que a própria História de Gênero já desenvolve há algum tempo e com bastante êxito, o que tornaria até mesmo desnecessária a criação de uma “nova” corrente historiográfica.

Talvez a dificuldade do *Queenship* em marcar sua diferença de abordagem em relação a outras propostas se explique pela pobreza documental, citada como empecilho para que os historiadores possam propor hipóteses mais específicas sobre as rainhas. John Carmi Parsons, ao comentar sobre a tese de Lois Huneycutt, relativamente aos vínculos entre Eleonor e seus filhos, pensa que a dificuldade de se comprovar a proximidade se poderia dever ao desaparecimento da documentação.⁸³ Há uma espécie de vácuo ou silêncio nas nar-

⁷⁹ PARSONS, *op.cit.*, p. 1.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 3.

⁸¹ *Ibidem*, p. 68.

⁸² *Ibidem*, p. 10.

⁸³ *Ibidem*, p. 69.

rativas acerca da governança feminina. De toda forma, as narrativas da época eram normalmente escritas por homens do clero, que, segundo Lois Huneycutt, repetiam “estereótipos e julgamentos morais convencionais destituindo mulheres como inconstantes e ingratas filhas de Eva”.⁸⁴

Enfim, o peso da palavra *Queenship* parece maior do que seus resultados acadêmicos, principalmente, como contraposição aos estudos de *Kingship*. Nas leituras que realizamos para a elaboração deste trabalho não percebemos grandes rupturas ou diferenças dos resultados alcançados pelos autores que se apresentam vinculados a essa corrente em comparação com estudos que analisam o papel das mulheres em sociedade, com preocupações feministas ou de gênero. Muitas vezes a sensação é que há uma opção pela descrição das ações e capacidades das rainhas dentro de padrões que se aproximam bastante das qualidades e da eficácia atribuídas ao poder dos reis.

Crônicas de casamentos

As fontes primárias são a matéria prima dos historiadores. Elas são as vozes do passado, às vezes dos próprios personagens estudados, outras sob a forma de relatos do ocorrido. As motivações dos agentes históricos para registrarem suas perspectivas nortearam a maneira como tentamos interpretar essas fontes, sabendo de antemão que se tratava de homens clérigos, cuja visão revelou-se fortemente sexista. Entretanto, foi também importante contrastar esses discursos com a historiografia, para perceber até que ponto o tratamento acadêmico desses documentos transformava, ou não, as informações que o passado modulou.

“Não era direito permanecerem como homem e mulher”

John de Salisbury foi um bispo inglês, do século XII, que escreveu sobre diversos assuntos, principalmente sobre as cortes inglesa e francesa e, dentre eles, o livro “*Historia Pontificalis - Memoirs of the Papal Court*”. Esse clássico

⁸⁴ “[...] stereotypical and conventional moral judgements dismissing women as fickle or unfaithful daughters of Eve”. PARSONS, *op.cit.*, p. 190 (Tradução nossa).

foi publicado em versão inglesa atualizada pela historiadora Marjorie Chibnall, na década de 1950, e é uma das fontes primárias a que os pesquisadores da área mais recorrem e, por consequência, uma das mais citadas em textos acadêmicos sobre Eleonor da Aquitânia e temas que a rodeiam.

No texto em questão, o oeste europeu no período da Segunda Cruzada é explorado pelo clérigo, estendendo-se um pouco além dessa época.⁸⁵ Sobre a viagem do casal real francês a Antioquia, durante a Cruzada, quando Eleonor teria pedido anulação do casamento pela primeira vez, diz o bispo:

E quando o rei se apressou em tirá-la de lá, ela mencionou o parentesco deles, dizendo que não era direito para eles continuarem juntos como homem e mulher, já que eles estavam relacionados em quarto e quinto graus.⁸⁶

Segundo o mesmo cronista, esses rumores chegaram até a França e o bispo de Laôn calculou os graus de parentesco, “mas não deu certeza se a conta era verdadeira ou falsa”.⁸⁷ Após isso, é dito que “o rei mais cristão dos francos” foi persuadido por seu conselho e pelos nobres franceses a deixar sua esposa, mesmo que com muito pesar, devido a grande afeição que tinha por ela.

Outro episódio interessante refere-se ao secretário real, que tinha servido também a Luís VI, Terricus Gualerancius, um eunuco que por muito tempo teria sofrido a chacota de Eleonor, e cujo papel fora essencial para a decisão final do divórcio. Ele convencera o rei a avançar com o processo, para se adiantar à possibilidade de ser deixado por sua esposa ou, até mesmo, que outro a roubara dele, o que constituiria vergonha ainda maior para o reinado de Luís VII, que já contava com muitos eventos negativos, como o desastre da Segunda Cruzada.⁸⁸

⁸⁵ CHIBNALL, Marjorie. *John of Salisbury's Memoirs of the Papal Court*. Londres: Thomas Nelson and Sons, 1956, p. xvii.

⁸⁶ “And when the king made haste to tear her away, she mentioned their kinship, saying it was not lawful for them to remain together as man and wife, since they were related in the fourth and fifth degrees.” *Ibidem*, p. 52 (Tradução nossa).

⁸⁷ “[...] but it was not certain whether the reckoning was true or false.” *Ibidem*, p. 52 (Tradução nossa).

⁸⁸ CHIBNALL, *op.cit.*, p. 53.

A fé cristã do rei francês é, por diversas vezes, ressaltada na crônica, tanto em discurso direto, como na voz e ações de outros personagens. Referindo-se ao encontro entre o Papa Eugênio e Luís VII, o pontífice recebeu o monarca com tanta reverência que “poderia ser dito que ele estava recebendo um anjo do Senhor, e não um homem mortal”⁸⁹. Em outra ocasião, o papa revelaria que o reino dos francos era “mais alto em sua estima do que todos os outros reinos do mundo”.⁹⁰

John de Salisbury, ao acompanhar o papa em Tusculum, testemunhou o empenho deste para preservar aquele matrimônio régio.⁹¹ De acordo com ele, o pontífice obrigou os monarcas franceses a dormirem na mesma cama, luxuosamente enfeitada, para que o amor entre eles fosse restaurado, sem se importar com a relação de consanguinidade. Em decorrência, o bispo afirma que o casamento foi confirmado oralmente e por escrito.⁹²

“Ela desejava e procurou o divórcio”

A obra denominada “History of William of Newburgh” foi escrita por esse autor inglês do século XII, para o abade Ernald de Rievaulx. Logo no início, ele esclarece que deseja escrever para a posterioridade sobre os momentos mais célebres de seu tempo. No primeiro livro, no capítulo 31, o divórcio de Eleonor da Aquitânia e Luís VII é citado, explicando que se deveu a um consenso entre os bispos e os nobres relativamente à consanguinidade do casal. Depois de destacar que o grande ducado da Aquitânia passara para o poder da coroa francesa, enquanto durou o matrimônio, comenta um pouco sobre a relação entre os reis:

⁸⁹ “one would have said he was welcoming an angel of the Lord rather than a mortal man”. CHIBNALL, *op.cit.*, p. 62 (Tradução nossa).

⁹⁰ “which was higher in his esteem than all the kingdoms of the world”. *Idem* (Tradução nossa).

⁹¹ *Ibidem*, p. XIV.

⁹² *Ibidem*, p. 62.

Ela, em primeiro lugar, enfeitiçou com a sua beleza as afeições do jovem de tal forma que, quando na véspera de sair para a famosa cruzada, ele se sentiu tão fortemente atado à sua jovial esposa, resolveu não deixá-la para trás, mas levá-la consigo para a Guerra Santa.⁹³

É notória a forma pejorativa pela qual o cronista se refere à beleza de Eleonor nessa passagem, acrescentando que tal atitude inspirou diversos nobres a também levarem suas esposas. Os acampamentos ficaram povoados por mulheres da nobreza, o que não era comum. Em seguida, ele comenta que, com a derrota na Cruzada, a relação entre os dois "gradativamente, esfriou".⁹⁴

E completa:

A rainha ficou altamente ofendida com o comportamento do rei, e afirmou que ela tinha se casado com um monge, e não um monarca. Também é dito que durante sua união com o rei da França, ela aspirava a um casamento com o duque da Normandia, mais agradável aos seus sentimentos; e que, por consequência, ela desejava, e procurou o divórcio.⁹⁵

Por esse trecho, é possível perceber que a fonte foi seguida de perto por boa parte da historiografia mais recente sobre o tema, como já referimos, e que corrobora a ideia de que foi a rainha quem buscou o divórcio, pelo menos em um primeiro momento. Guilherme de Newburgh também chega a dizer no mesmo capítulo, que: “com a tensão aumentando, e ela, como foi dito, ficou extremamente apressada, e ele, não apresentando nenhuma resistência, o laço da união conjugal entre eles foi dissolvido pelo poder da lei eclesiásti-

⁹³ “She had, at first, so completely bewitched the young man's affections, by the beauty of her person, that when, on the eve of setting out on that famous crusade, he felt himself so strongly attached to his youthful bride, he resolved not to leave her behind, but to take her with him to the Holy War.” *The History of William of Newburgh*, Book One: Chapter 31, (Tradução nossa).

⁹⁴ “[...] began, by degrees, to grow cold; [...]” (Tradução nossa).

⁹⁵ “The queen was highly offended at the behavior of the king, and asserted that she had married a monk, and not a monarch. It is also said, that during her union with the king of France, she aspired to a marriage with the duke of Normandy, as more congenial to her feelings; and that, in consequence, she had wished for, and procured a divorce.” (Tradução nossa).

ca”.⁹⁶ Além disso, a acusação feita por Eleonor de que seu marido era um monge, e não um rei, também está presente em alguns artigos e livros,⁹⁷ como em Michelet⁹⁸ e em Rachel A Koestler-Grack.⁹⁹

O cronista termina a sua narrativa, dizendo que, depois de se ver livre da aliança matrimonial com o francês, ela pode se casar com o duque Henrique da Normandia, em uma cerimônia simples. Ao se levar em consideração a alta posição dos dois, o autor ressalta que houve bastante prudência, para que nenhum obstáculo surgisse. Essa passagem, que sugere secretismo, foi incorporada pela historiografia ao citar que Luís VII não soube do casamento até um tempo depois, tarde demais para criar algum impedimento. Por fim, ele fala sobre como o vasto domínio da Aquitânia passou para o poder do duque e os franceses só puderam invejá-lo, diante do fato consumado.

Eleonor também aparece no Capítulo 10 do segundo livro, que trata da expedição do conde de St Giles a Toulouse, que reclamava o domínio sobre a cidade, com o argumento de que ela havia sido penhorada pelo avô de Eleonor, Guilherme, o Trovador. Quando esta se casou com o rei francês, ele tomou o território para si, como consequência da aliança matrimonial. Entretanto, o conde usurpou Toulouse, que só retornou para a linhagem aquitana de Eleonor, quando ela se casou com Henrique II, e este retomou a cidade pela via militar.¹⁰⁰

Ainda no Livro 2, a duquesa da Aquitânia é citada, quando William de Newburgh se refere à herança que Henrique II decidiu deixar para cada um de seus filhos:

[...] tendo tido quatro filhos de Eleonor, antiga rainha da França, ele propôs deixar para Henrique, seu mais velho, o reino da Inglaterra, o ducado da Normandia, e o condado de Anjou, enquanto Ricardo deveria

⁹⁶ “Wherefore, the dissension increasing, and she, as it is said, becoming extremely urgent, and he making no resistance, the bond of conjugal union between them was dissolved by the power of ecclesiastical law.” (Tradução nossa).

⁹⁷ *The History of William of Newburgh*, Book One: Chapter 31.

⁹⁸ “Ela declarava, desde Antióquia, que não poderia permanecer como mulher de um homem do qual era parente; que, além disso, ela não desejava um monge por marido.” MICHELET, *op.cit.* p. 79.

⁹⁹ KOESTLER-GRACK, *op.cit.*, p. 52.

¹⁰⁰ *The History of William of Newburgh*, Book Two: Chapter 10.

presidir sobre a Aquitânia, e Geoffrey sobre a Bretanha; John, seu quarto filho mais novo, ele denominou “Sem Terra”. Tendo três filhas, também, com mesma rainha, ele prometeu uma ao rei da Espanha, outra ao duque da Saxônia, e propôs compromissar a terceira, ainda não elegível para matrimônio, com o então rei da Sicília.¹⁰¹

Esse excerto exclui qualquer participação de Eleonor na escolha dos matrimônios de suas filhas, embora outros documentos e textos historiográficos contrariem essa versão, reconhecendo à rainha papel ativo nessas decisões. Marie Colette Bowie, por exemplo, diz que a duquesa participou diretamente, “segundo fontes”, do conselho sobre o casamento de Leonor da Inglaterra, sua filha, com Alfonso VIII.¹⁰²

No mesmo livro, o cronista trata da reconciliação entre Luís VII e Henrique II, para resolver disputas territoriais envolvendo as posses do inglês no continente. De forma a selar um acordo de paz, foi ajustado pelo chanceler do rei da Inglaterra uma aliança matrimonial do primogênito de Henrique II e Eleonor com a filha do francês, fruto de seu segundo casamento.¹⁰³ Tradicionalmente, preferia-se que o trono fosse ocupado por homens, tal como em alguns exemplos, como o da princesa Margarida da França e do príncipe Henrique da Inglaterra, prometidos em matrimônio por volta dos cinco anos de idade, para que o inglês ascendesse ao trono. Com o nascimento de Felipe da França, esse arranjo não foi mais necessário para garantir a sucessão.¹⁰⁴

¹⁰¹ *The History of William of Newburgh*, Book Two: Chapter 18. “[...] having begotten four sons of Eleanor, formerly queen of France, he purposed leaving to Henry, his eldest-born, the kingdom of England, duchy of Normandy, and the county of Anjou, while Richard was to preside over Aquitaine, and Geoffrey over Brittany; John, his fourth and youngest son, he denominated "Lackland." Having three daughters, also, by the same queen, he betrothed one to the king of Spain, another to the duke of Saxony, and he purposed to affiance the third, not yet marriageable, to the then king of Sicily.” (Tradução nossa).

¹⁰² BOWIE, Marie Colette. *The daughters of Henry II and Eleanor of Aquitaine: A Comparative Study of Twelfth-Century Royal Women*, Glasgow: Universidade de Glasgow, 2011, p. 35.

¹⁰³ *The History of William of Newburgh*, Book Two: Chapter 24.

¹⁰⁴ TAYLOR, Craig. *The Salic Law, French Queenship, and the Defense of Women in the Late Middle Ages. French Historical Studies*, Carolina do Sul, 2006. Vol. 29, p. 543.

“A mulher é culpada ao deixar seu marido”

A carta de Peter de Blois para Eleonor, datada em 1173, pode ser considerada uma tentativa de castigar a rainha, já que foi escrita durante os eventos da revolta dos seus filhos contra Henrique II da Inglaterra. O documento inicia com um apelo à sacralidade da instituição do matrimônio, como união que não pode ser rompida, citando-se a passagem evangélica de Mateus:19, em que Jesus diz que “ não separe o homem o que Deus uniu”.¹⁰⁵ Neste capítulo, Mateus trata de diversos aspectos relacionados ao casamento, citando outras passagens, como aquela em que Jesus, dirigindo-se aos fariseus, ensina como o homem e a mulher deveriam ser uma só carne após o casamento. Tal citação é importante no parágrafo seguinte, quando Peter de Blois conclui que:

Então é culpa da mulher que deixa seu marido e falha em manter a confiança nesse laço social. Quando um casal se torna uma só carne, é necessário que a união de corpos seja acompanhada pela união e equidade de espírito por consentimento mútuo.¹⁰⁶

O clérigo acrescenta, ainda no primeiro parágrafo, que aquele que tentar separar um casal é um transgressor do mandamento divino, e ela, como a esposa que tinha abandonado o marido, era a culpada. Assim, no parágrafo seguinte, ele ressalta que a mulher deve ser submissa ao seu marido e que, apesar de ser “a mulher mais prudente”,¹⁰⁷ ela o deixou. A esposa que não fosse submissa estaria violando várias leis, como, por exemplo, em Efésios 5, “pois o marido é o chefe da mulher”,¹⁰⁸ ou, no original da carta “the head of the woman is the man”.

Neste aspecto registra-se a concordância da historiografia com Peter de Blois, pois este acusa Eleonor de incitar e “abrir caminho” para seus filhos se

¹⁰⁵ Bíblia Sagrada, Ave Maria, Mateus 19, 6.

¹⁰⁶ “So the woman is at fault who leaves her husband and fails to keep the trust of this social bond. When a married couple becomes one flesh, it is necessary that the union of bodies be accompanied by a unity and equality of spirit through mutual consent.” (Tradução nossa).

¹⁰⁷ “[...] a most prudent woman” (Tradução nossa).

¹⁰⁸ Bíblia Sagrada, Ave Maria, Efésios 5, 23.

revoltarem contra o próprio pai e relembra um profeta que fala sobre o tamanho da maldade que ele presenciava. Logo, a rainha era, de certa forma, subversiva e má, e seria a causa de grande desastre para todo o reino se não voltasse atrás. Peter de Blois, então, admoesta: “Portanto, ilustre rainha, retornai para o vosso marido e nosso rei”.¹⁰⁹ O comando era claro: Eleonor não deveria alimentar as vontades dos filhos, mas atender à aflição de seu povo e da Igreja.

Mesmo sendo o segundo casamento de Eleonor, a indissolubilidade do matrimônio ainda era reafirmada na carta, como no fragmento acima, que é seguido por uma reflexão sobre a submissão que a mulher deveria demonstrar, se não estaria cometendo uma transgressão contra a natureza e a fé. É perceptível que Peter de Blois usa diversos argumentos para convencer a duquesa de que o certo seria retornar para o rei e cessar o conflito, para o bem de seu casamento e de todo o reino. É interessante notar que para atingir seus objetivos ele recorre tanto a elogios - a mais prudente e piedosa - como a adjetivos pejorativos.

Fica patente sua grande preocupação quanto ao esfacelamento do reino, ao citar uma passagem de Lucas, em que Jesus vaticina: “Todo o reino dividido contra si mesmo será destruído [...]”.¹¹⁰ O império Angevino foi um dos maiores da Europa na Idade Média e Henrique II era bastante respeitado e temido pela extensão de seus territórios, muitos deles conseguidos por meio do seu casamento com Eleonor. Configurava-se que, naquela situação, o rei pouco poderia fazer sobre o assunto, cabendo aos filhos e seus aliados recuarem da sedição para reverter o desastre que afetaria a Inglaterra.

Finalmente, Peter de Blois pede novamente para que ela aconselhe seus filhos e retorne com eles, garantindo que o rei teria piedade de todos, apesar de ter sentido muitas “ansiedades, ofensas e queixas”¹¹¹ devido ao comportamento de seus familiares. De forma muito interessante, no último parágrafo da carta, ele diz ser tão pároco dos filhos quanto de Henrique II, mas que não

¹⁰⁹ “Therefore, illustrious queen, return to your husband and our king.” (Tradução nossa).

¹¹⁰ Bíblia Sagrada, Ave Maria, Lucas, 11, 17.

¹¹¹ “He has suffered many anxieties, offenses and grievances.” (Tradução nossa).

poderia fazer vista grossa ao comportamento da rainha e apresenta a intimação final:

[...] Ou retornais ao vosso marido, ou nós devemos invocar a lei canônica e usar censuras eclesiásticas contra vós. Nós dizemos isso com relutância, mas a menos que recupereis o juízo, com pesar e lágrimas, nós o faremos.¹¹²

Por fim, como já referido, a indissolubilidade do matrimônio era um argumento de peso na carta. É perceptível que Peter de Blois recorre a várias estratégias para convencer a duquesa de que o mais correto seria o retorno dela aos deveres conjugais para cessar o conflito, recuperando o bem de seu casamento e de todo o reino.

Versões clericais sexistas e androcêntricas

Com base na análise das três fontes, é possível ter uma ideia de como o clero e a nobreza medieval pensavam e agiam com relação às políticas matrimoniais, e de que forma estas influíam em temas importantes como a sucessão monárquica e a governança do reino.

Ambas as crônicas selecionadas parecem concordar em muitos pontos, principalmente no que se diz respeito ao motivo oficial da anulação do matrimônio dos reis franceses, a consanguinidade, conhecida por todos, mas que somente se tornou relevante no momento em que a rainha pediu a separação, durante a sua estada em Antioquia. A Segunda Cruzada também é comum a ambos os textos e os dois cronistas comentam sobre a raridade da presença feminina nesses cenários, e assinalam o protagonismo voluntarista de Eleonor que se transformou em exemplo negativo para outras mulheres nobres.

A reconciliação forçada, promovida pelo papa, é mais destacada por John de Salisbury do que por Guilherme de Newburgh, notando-se que o segundo explora mais a beleza de Eleonor em seus argumentos. Contudo, devido à lo-

¹¹² “Either you will return to your husband, or we must call upon canon law and use ecclesiastical censures against you. We say this reluctantly, but unless you come back to your senses, with sorrow and tears, we will do so.” (Tradução nossa).

calização geográfica e temporal de cada um desses cronistas, o segundo casamento é explorado apenas por Guilherme de Newburgh, já que a crônica de John de Salisbury não explora muito a vida da duquesa após o divórcio, por dar destaque aos governantes franceses do período.

Sobre a aliança com Henrique II, Guilherme de Newburgh e Peter de Blois comentam momentos diferentes desse longo casamento, que começou com uma grande expansão territorial do Duque da Normandia, que não tardou em ser coroado rei da Inglaterra. Guilherme de Newburgh também comenta sobre a divisão da herança dos Plantagenetas entre os filhos de Henrique e Eleonor.

A carta de Peter de Blois caracteriza-se por recorrer a argumentos de teor religioso, como se nota na citação de diversas passagens bíblicas que apontam a direção das escolhas que Eleonor deveria tomar, para o seu bem e o da Inglaterra. Tendo sido redigida, provavelmente, a mando do próprio rei, o documento mostra que as rainhas tinham, sim, um papel importante em seus reinos, principalmente no que se refere à relação delas com a sua prole.

A extensão de seu poder e influência era tanta que Peter de Blois e outros contemporâneos acharam plausível identificá-la como a mente por trás da revolta de 1173, que não envolveu apenas seus filhos, mas outros nobres ingleses. Foi a Eleonor quem o escritor recorreu, a pedido de clérigos locais, para que cessasse o conflito, o que demonstra, mais uma vez, que seu papel ia além do de progenitora dos herdeiros da coroa. Verdade ou não, após o fracasso da revolta, ela foi enclausurada por Henrique II e permaneceu na Abadia de Fontevraud até a morte deste.¹¹³

Os maridos de Eleonor, nas três fontes selecionadas, são vistos como meras vítimas de sua personalidade forte e por vezes autoritária, que resultava em divórcios e guerras civis. Deve-se lembrar que essas narrativas são de autoria de homens, pertencentes ao clero, em sua maioria, e que contavam a história por uma lente sexista, que entendia que o papel da mulher era ser subjugada pelos homens ao longo de sua vida, sendo eles seus pais, irmãos, maridos ou filhos. Tal perspectiva deriva de muitos fatores, mas, principal-

¹¹³ RODRÍGUEZ, *op.cit.*, p. 222.

mente, do clericalismo cristão, que mantinha um vínculo de retroalimentação com a nobreza patriarcal.

Considerações finais

O protagonismo de Eleonor da Aquitânia é inegável, nas fontes e na historiografia. O motivo desse destaque, em meio a outras rainhas da Idade Média, tanto em seu tempo, como posteriormente, deve-se à sua condição de herdeira de um grandioso território, mas também por ter se destacado na política dos reinos da França e da Inglaterra, bem como na própria Aquitânia, o que não era comum. Assim pensa Ana Rodríguez:

Uma mulher poderosa, as rainhas consortes, viúvas, mães, mas também condessas e quem procedia das grandes linhagens nobiliárias, constituíam, em si mesmas, uma anomalia, e como tal foram interpretadas pelos autores medievais que tiveram que incorporar as muitas que na prática o foram aos relatos que minuciosamente compunham sobre a história dos reinos cristãos.¹¹⁴

As mulheres nobres medievais não eram agentes passivas no contexto político dos seus reinos. Com relação às rainhas, Charles Beem conclui que um dos maiores deveres delas era o de “intermediar entre vassallos e rei”, mas que “[...] rainhas anglo-saxãs também entravam na arena política no contexto de defender os direitos de seus filhos em herdar entre uma falta de consenso sobre a teoria de sucessão.”¹¹⁵

Sobre o primeiro casamento, Eleonor exerceu o poder de solicitar o fim daquele laço, como registram as crônicas apresentadas neste capítulo. O historiador Conor McCarthy afirma que a quantidade de casos de divórcio por consanguinidade no Medievo não é muito relevante, porque as pessoas tendi-

¹¹⁴ “Una mujer poderosa, las reinas consortes, viudas, madres, pero también condesas y quienes procedían de los grandes linajes nobiliarios, constituída, en sí misma, una anomalía, y como tal fue interpretada por los autores medievales que tuvieron que incorporar a las muchas que en práctica lo fueron a los relatos que minuciosamente componían sobre la historia de los reinos cristianos”. RODRÍGUEZ, *op. cit.*, p. 270 (Tradução nossa).

¹¹⁵ “[...] the ability to intercede between vassals and king emerged as one of the most visible of the political powers exercised by queens consort. But Anglo-Saxon queens also entered the political arena in the context of defending their son’s right to inherit amid a lack of consensus concerning succession theory.” BEEM, *op. cit.*, p. 33 (Tradução nossa).

am a resolver isso sem o auxílio do clero.¹¹⁶ Entretanto, como lembra a historiadora Cláudia Brochado, a partir do século XI, acentua-se a ênfase na indissolubilidade do casamento, que se registra nos concílios locais e na lei canônica.¹¹⁷ Assim, no caso dos dois herdeiros mais poderosos da Europa do século XII, solucionar esse impasse da maneira mais costumeira estava fora de questão.

No que diz respeito à prisão de Eleonor por Henrique II, Georges Duby lembra que se tratava de recurso usado pelos homens para conter as mulheres que eles não conseguiam “domesticar” ou “conduzir”, as quais, no fundo, eles temiam.¹¹⁸ Nesse sentido, as crônicas revelam que Eleonor parecia difícil de controlar, pelos padrões patriarcais, evadindo-se ou minando o poder marital, chegando a solicitar a anulação do casamento.

O livro de Alison Weir, uma das principais referências neste trabalho, é um dos muitos a se apoiar nas crônicas de John de Salisbury para construir uma narrativa em torno da rainha, bem como Elizabeth Brown, Clanchy e Huneycutt, comprovando que os historiadores, mesmo os mais recentes, ainda consideram a “*Historia Pontificalis*” como fonte confiável sobre a trajetória da duquesa da Aquitânia.

É consenso historiográfico a infelicidade que consumiu o primeiro casamento de Eleonor, um fracasso que as narrativas anunciam no contexto de outra derrota: a participação francesa na Segunda Cruzada. Já o segundo casamento é visto como de grande fortuna para o rei Henrique II, cujo poder territorial aumentou, além de ter tido muitos filhos para herdar o trono, e filhas que proporcionaram alianças fundamentais para o reino inglês. Segundo os autores que escolhemos, os problemas do segundo enlace matrimonial giraram em torno da rebelião de 1173, o que torna Eleonor, mais uma vez, esposa de um marido vitimizado pela sua personalidade, como se pode concluir com a leitura da obra de M.T. Clanchy.

¹¹⁶ McCARTHY, *op.cit.*, p. 38.

¹¹⁷ BROCHADO, Cláudia C. Processos jurídicos e conflitos matrimoniais (Barcelona Séc XV). *Revista de história*, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, 2015, p. 148.

¹¹⁸ DUBY, *op.cit.*, p. 80.

Em diferentes momentos, a duquesa é tratada tanto como uma grande fortuna para o monarca, quanto como fonte de problemas, como durante a Segunda Cruzada, quando ela exigiu o divórcio ou quando ela incita seus filhos à revolta. Finalmente, lembramos que Michelet, cuja influência historiográfica é inegável, refere-se a uma pequena parte da lendária profecia de Merlin – também referida por Tomás de Canterbury - que dizia que “a águia da aliança rompida regozijar-se-á na terceira nidificação (geração)”,¹¹⁹ em referência a Eleanor, complementando que a herança dos Plantagenetas era a falta de amor entre os seus.¹²⁰

Eleonor, nessa perspectiva, tinha sede de poder, principalmente no que diz respeito aos territórios por ela herdados, exerceu papel crucial na tomada de decisões referentes aos seus casamentos, domínios e filhos. Todavia, os estudos mais recentes concluem, majoritariamente, que a imagem dela não deve ser classificada como a de uma mulher deslocada de seu tempo, e, sim, como uma rainha que soube utilizar bem as armas que lhe foram dadas e que pagou por sua frequente insubordinação.

Outro ponto a ser destacado refere-se aos documentos da época, tal como notado por Ana Rodríguez,¹²¹ devido à fragilidade da memória e ao compromisso com a verdade, pois os homens que os escreviam estavam sujeitos a contar fatos que não necessariamente presenciaram ou que aconteceram em um período próximo e seguiam uma agenda política. Também nesse sentido, Kate A. Jackson¹²² complementa que os textos suprimiam qualquer protagonismo feminino, o que pode ser percebido nos trechos das fontes primárias que analisamos, em que a rainha somente aparece na narrativa para agir de forma inadequada ou subversiva. Certamente, as caracterizações positivas ou negativas dos relatos atendiam às agendas da época em que os autores viviam e a quem eles respondiam politicamente.

¹¹⁹ Segundo as notas do tradutor, Raoul de Diceto e Mathieu Paris também atribuem essa profecia a Eleonor.

¹²⁰ MICHELET, *op. cit.*, p. 92.

¹²¹ RODRÍGUEZ, *op. cit.*, p. 200.

¹²² JACKSON, *op. cit.*, p. 20.

Por isso, não é de espantar que as fontes históricas tomem um lado, e deixem a mulher apagada ou vilanizada, nas partes em que precisam tratar de sua posição ativa na tomada de decisões. O apagamento dessas personagens femininas em outros documentos, o que impede a comparação, também é um grande problema enfrentado e levantado por estudiosos da área.¹²³ De toda forma, não é raro que historiadores modernos adotem o discurso das fontes primárias de maneira acrítica, beirando o anacronismo, se esquecendo de situá-las em seu devido tempo histórico, em que a memória e a preocupação com a verdade seguiam motivações diferentes das atuais.

Os estudos sobre rainhas ainda têm muito a crescer na historiografia atual, principalmente no cenário acadêmico brasileiro. Um dos maiores desafios na construção deste trabalho foi, sem dúvida, a dificuldade em ter acesso a uma grande variedade de fontes primárias referentes a Eleonor da Aquitânia. Apesar de ela ser uma figura bastante emblemática, ainda há poucos arquivos disponíveis ou traduzidos na *internet*, formato essencial na situação pandêmica em que nos encontramos.¹²⁴

Finalmente, não restam dúvidas de que os estudos sobre os casamentos dessa rainha não se encerram neste capítulo. Devido às correntes historiográficas que buscam contemplar o que não era muito explorado em perspectivas anteriores, como a História das Mulheres e um de seus afluentes, o *Queenship*, acredito que ainda há muito a se discutir sobre essa personagem que causou e causa fascínio há mais de oito séculos.

¹²³ JACKSON, *op. cit.*, p. 17-19.

¹²⁴ Este capítulo foi escrito entre 2021 e 2022, durante a pandemia de Covid-19.

Referências

Fontes documentais

GUILHERME DE NEWBURGH. *The History of Willian of Newburgh*. Disponível em: <https://soucebooks.fordham.edu/basis/williamofnewburgh-intro.asp>. Acesso em 28 abr 2020.

CHIBNALL, Marjorie. *John of Salisbury's Memoirs of the Papal Court*. Londres: Thomas Nelson and Sons, 1956.

PETER DE BLOIS. Carta 154, de 1173. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/source/eleanor.asp>. Acesso em: 28 abr 2020.

Bibliografia

ALEXANDER, James W. Louis VII. In: KLIBER, William W.; ZINN Grover A.; EARP, Lawrence; HENNEMAN, John Bell Jr. *Medieval France: An Encyclopedia*. Nova Iorque e Londres: Garland Publishing Inc., 1995.

BÁRÁNY, Attila. Medieval Queens and Queenship: a retrospective on income and power. *Annual of Medieval Studies at CEU*, Budapest, 2013. Vol. 19, p. 149-200.

BEECH, George T. Aquitaine. In: KLIBER, William W.; ZINN Grover A.; EARP, Lawrence; HENNEMAN, John Bell Jr. *Medieval France: An Encyclopedia*. Nova Iorque e Londres: Garland Publishing Inc., 1995.

BEEM, Charles. *The Lioness Roared: The Problems of a Female Rule in English History*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2006.

BOUCHARD, Constance B. Eleanor of Aquitaine. In: KLIBER, William W.; ZINN Grover A.; EARP, Lawrence; HENNEMAN, John Bell Jr. *Medieval France: An Encyclopedia*. Nova Iorque e Londres: Garland Publishing Inc., 1995.

BOWIE, Marie Colette. *The daughters of Henry II and Eleanor of Aquitaine: A Comparative Study of Twelfth-Century Royal Women*, Glasgow: University of Glasgow, 2011.

BROCHADO, Cláudia C. Processos jurídicos e conflitos matrimoniais (Barcelona Séc XV). *Revista de história, Juiz de Fora*, v. 20, n. 2, 2015,

BROWN, Elizabeth. Eleanor of Aquitaine reconsidered: The woman and her seasons. In: WHEELER, Boonie; PARSONS, John Carmi. *Eleanor of Aquitaine - Lord and Lady*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2002.

BRUNDAGE, James A. The Canon Law of divorce in the mid-twelfth century: Louis VII C. Eleanor of Aquitaine. In: WHEELER, Boonie; PARSONS, John Carmi. *Eleanor of Aquitaine - Lord and Lady*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2002.

CLANCHY, M. T. *England and its Rulers, 1066-1307*. West Sussex: John Wiley & Sons, Ltd, 2014.

EARENFIGHT, Theresa. *Queenship in Medieval Europe*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2013.

FLORES, Diana Pelaz. Queenship: Teoría y Práctica del ejercicio del poder en la baja Edad Media castellana. In: *Las Mujeres en la Edad Media*. Murcia-Lorca: Sociedad Española de Estudios Medievales y Editum, 2013, p. 277-288.

GILLINGHAM, John; GRIFFITHS, Ralph A. *Medieval Britain - A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 1984 (2000).

HIVERGNEAUX, Marie. Queen Eleanor and Aquitaine, 1137-1189. In: WHEELER, Boonie; PARSONS, John Carmi. *Eleanor of Aquitaine - Lord and Lady*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2002.

JACKSON, Kate A. *The Rhetoric of Queenship: Writing History and Royal Women's Power in the Anglo-Norman Period*, s.d.

KOESTLER-GRACK, Rachel. *Eleanor of Aquitaine*, Heroine of the Middle Ages. Filadélfia: Chelsea House Publishers, 2005.

MICHELET, Jules. O Rei da França e o Rei da Inglaterra, Luís o Jovem e Henrique II (Plantageneta). In: *História da França*, Tomo II, Livros III e IV (anos 987 a 1270). Paris, 2014 (1833).

McCARTHY, Conor. *Marriage in Medieval England: Law, Literature, and Practice*. Woodbridge: Boydell Press, 2004.

RODRÍGUEZ, Ana. *La estirpe de Leonor de Aquitania*, mujeres y poder en los siglos XII y XIII. Barcelona: Crítica, 2014.

PARSONS, John Carmi. *Medieval Queenship*. Nova Iorque: St. Martin's Press New York, 1993.

POLLOCK, Melissa. Duchess and Devils: The Breton Succession Crisis, 1148-1189. *French History*, vol. 23, n. 2.

SIMMER, Leticia Saldanha. *Queenship e os cerimoniais reais em ordines e crônicas: as coroações de Eleanor de Aquitânia e Marguerite de França (França e Inglaterra, século XII)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História), Unirio, Rio de Janeiro, 2019, p. 18.

TAYLOR, Craig. The Salic Law, French Queenship, and the Defense of Women in the Late Middle Ages, *French Historical Studies*, Carolina do Sul, 2006. Vol. 29.

WEIR, Alison. *Eleanor of Aquitaine: A Life*. Nova Iorque: Ballantine Books, 2008.